

Argentina impõe 'arrocho' salarial por exigência de acordo com FMI

BUENOS AIRES — O governo argentino aprovou aumentos salariais de 14 por cento ao mês, no último trimestre do ano, dando início à política de austeridade acertada com o Fundo Monetário Internacional (FMI). O reajuste representará a metade da taxa mensal de inflação — estimada em 28 por cento em setembro — e põe por terras as promessas do Presidente Raúl Alfonsín, tantas vezes repetidas, de que os salários teriam este ano uma alta real (acima da inflação) de seis a oito por cento.

Para reduzir um pouco a perda do poder aquisitivo dos argentinos será concedido, em dezembro, um pequeno adicional, com percentual ainda não determinado. Durante o governo militar (1976 a dezembro de 83), os salários no país sofreram uma queda real de 50 por cento.

A Confederação Geral do Trabalho (CGT), controlada pela oposição peronista, convocou uma reunião de todos os dirigentes dos sindicatos filiados para discutir a situação. Uma ala da entidade defende a realização de uma greve geral de protesto contra o acordo com o FMI, mas outro grupo, ao que se acredita, majoritário, propõe grandes manifestações de rua.

O arrocho salarial se segue à decisão de elevar as taxas de juros em 1,5 a dois por cento, para restringir o crédito e conter a inflação. Nos próximos dias, deverão ser anunciadas outras medidas, entre as quais novo esquema de aumento para as tarifas de serviços das estatais e grandes reajustes para os combustíveis, até agora subsidiados.

A CGT calcula que as despesas básicas de uma família argentina vão a 45 mil pesos (Cr\$ 1.062 mil), enquanto o salário mínimo não passa de 18.500 pesos (Cr\$ 436.600).

● A dívida externa, o comércio regional e as relações econômicas com os países industrializados serão os principais temas da reunião de Ministros da Economia e Chanceleres dos 25 países membros do Sistema Econômico Latino-Americano (Sel), no fim deste mês, em Caracas.